

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2016:** *Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis, no edifício da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Técnica Superior Gisela Celeste de Pinho Rodrigues, designada para o efeito.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Dr. João Tiago Tavares, responsável pelo Gabinete de Arqueologia e Museologia para fazer uma breve apresentação dos trabalhos realizados nos Crastos de Ul e de Cesar. O responsável pelo Gabinete de Arqueologia e Museologia, Dr. João Tiago Tavares, fez a seguinte intervenção: Em 2015, foi feito um projeto de investigação, projeto feito pelo Município em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, com a qual já tínhamos um protocolo em vigor, e com um conjunto de investigadores associados, que pertencem a diversas instituições. No âmbito desse projeto, temos como objetivos maiores estudar um conjunto de povoados, no caso quatro povoados: Crasto de Ul, Crasto de Ossela, Crasto de Recarei e Crasto de Monte Calvo. Portanto, são quatro povoados distintos, em pontos distintos do território e que segundo a literatura têm todos, de grosso modo, o mesmo tipo de ocupação e o mesmo tipo de características. O objetivo do projeto é perceber se isso é mesmo assim, ou não; perceber se todos têm uma ocupação cronologicamente sincrónica; se as características são equivalentes; tentar perceber se há alguma estratégia de ocupação do território e dentro de cada um dos povoados perceber quais são as suas sequências de ocupação. Nesse contexto, aquilo que decidimos fazer foi concentrar neste projeto, que é um projeto a quatro anos, trabalhos em Ul, porque já tínhamos algum lastro de trabalhos feitos e entendemos que seria mais lógico concentrar a maior carga de trabalhos de campo no povoado de Ul. Depois, pareceu-nos pertinente alocar, em segundo lugar e em termos de volume de trabalhos, a situação do Calvo.*

*Tinha havido a plantação de eucaliptos no povoado, verificou-se que existia uma quantidade abundante de materiais arqueológicos e entendemos que seria aí o local onde deveríamos concentrar trabalhos. Temos depois as situações de Ossela e Recarei, às quais por constrangimentos de tempo temos de dar um volume de trabalhos menos intenso. Aquilo que se fez no ano passado foi duas campanhas de escavação, uma no Calvo e outra em Ul e uma campanha de geofísica em Ul. Em termos de resultados, e de forma muito sintética, em Ul nós fizemos uma intervenção no Topo do Cabeço, junto à zona que tinha sido escavada nos anos 80, onde era visível um conjunto de estruturas com alguma dimensão. Em 2014, já tínhamos escavado nas imediações dessa zona e os resultados tinham sido francamente negativos, no sentido em que não havia continuidade dessas estruturas, ao contrário daquilo que seria de prever. Portanto, no ano passado, a estratégia foi continuar nessa zona e tentar perceber se havia mais estruturas preservadas ou não. Em termos de escavação, acabamos por verificar que não existiam estruturas preservadas, há uma estrutura de um muro que é visível à superfície mas que aparentemente não tem qualquer relação com a ocupação antiga do sítio, portanto poderá ser um muro de divisão de propriedade, uma coisa mais recente. Em termos de resultados, não obtivemos nada de extraordinário, que pudéssemos dizer que traziam um acrescento ao conhecimento sobre o sítio. Recolhemos umas moedas, que infelizmente eram umas moedas de escudo, anos 40, não era de todo o que seria interessante para perceber o sítio. Depois fizemos, ainda em Ul, uma campanha de geofísica. É um facto de que já tínhamos feito geofísica com a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro, mas como resultado desses trabalhos tínhamos sido aconselhado fazer um outro tipo de prospeção geofísica, geomagnética, e foi isso que fizemos. Como nem a Universidade do Porto, nem a Universidade de Aveiro tinham esse equipamento, tivemos que contratar o serviço a uma empresa. Para despistar eventuais dúvidas optamos por concentrar essa intervenção da geofísica em duas áreas: uma, contígua àquela da plataforma de topo onde tínhamos escavado, porque nos trabalhos realizados havia ali um conjunto de anomalias que poderiam, ou não, corresponder a estruturas arqueológicas e, portanto, queríamos despistar essa situação; e, outra, na plataforma onde passa o caminho pedonal, porque também havia um conjunto de anomalias que precisavam de ser mais esclarecidas. Desses trabalhos, aquilo que resultou foi que nessa plataforma de topo há de facto indícios de revolvimento do solo, mas que podem corresponder não a construções mas a negativos, ou seja, construções que existiram e que foram entretanto desmontadas e aquilo que sobra hoje são as valas de construção e na plataforma onde passa o caminho pedonal aí tínhamos a situação contrária, tínhamos situações onde havia estruturas que sobressaiam do solo. Fazendo agora um pequeno salto para o que foi feito este ano, a nossa intervenção teve em conta esses resultados e aquilo que fizemos em termos de escavação, foi seleccionar um sector onde se tinha feito a geofísica junto ao caminho pedonal, escavar e verificar se os indícios que a última campanha de geofísica nos tinha fornecido eram validados ou não. Desta vez tivemos a possibilidade de confirmar que de facto há estruturas conservadas no Crasto de Ul, embora não tenhamos tido a possibilidade de escavar integralmente essas estruturas. Se neste momento*

*forem ao Crasto de Ul o que veem é uma espécie de empedrado caótico na zona onde foi feita a sondagem, que deverá corresponder a pelo menos duas ou três estruturas diferentes. Este ano, em termos de materiais, recolhemos mais materiais do que no ano passado, eventualmente alguns serão mais interessantes em termos de cronologia da ocupação do sítio, embora tenhamos coisas que são do século XIX. No caso do Crasto do Calvo, em 2015, foram feitas duas sondagens, em dois pontos distintos do povoado. Optou-se por essa estratégia para tentar perceber qual a dimensão da ocupação do espaço, porque à superfície nós tínhamos materiais praticamente na totalidade do topo do Cabeço, em todas as zonas onde tinham sido plantadas árvores havia materiais, uns sítios com mais intensidade, outros com menos, mas praticamente constante. São materiais que não correspondem exatamente àquilo que está escrito na literatura sobre o sítio, ou seja, tradicionalmente diz-se que o Calvo é um povoado com ocupação desde o bronze até à idade média e os materiais que recolhemos apontam para uma ocupação apenas da idade do bronze, ou seja, o que indicia que o povoado terá tido uma ocupação no final do primeiro milénio a.C. e que terá sido abandonado depois disso. Numa das sondagens tivemos bastante mais materiais do que na outra e este ano aquilo que optamos por fazer foi no espaço onde tínhamos recolhido maior quantidade de materiais fazer novamente duas sondagens. Os resultados que temos deste ano, numa primeira análise, não diferem muito daquilo que tínhamos no ano passado, continuamos com material cerâmico, no ano passado tínhamos 1300 fragmentos, este ano temos pelo menos o dobro, provavelmente até mais, e aparentemente como devem calcular nada disso ainda está estudado, o que foi feito foi apenas lavar os materiais para depois olharmos para eles com mais calma e com mais tempo, mas as características das cerâmicas que temos são muito coincidentes com aquelas que já tínhamos recolhido no ano passado. Portanto, começa a formar-se na nossa ideia a convicção de que o sítio terá tido apenas uma ocupação durante a idade do bronze. Como digo, nada disto ainda é definitivo, uma análise mais profunda dos materiais poderá alterar esta percepção. Em sítios que têm ocupação romana, há pelo menos uma coisa que é abundante em contexto de escavação e em contexto de recolhas à superfície que é a existência de material de construção cerâmica e em tijolo. Esses dois indicadores de ocupação romana no Calvo pura e simplesmente não existe, nem à superfície que conseguimos ver enquanto visitamos o sítio após a florestação, nem agora na escavação temos qualquer tipo de elemento desse género. Tudo isso nos leva a pensar que é um sítio com ocupação apenas da idade do bronze e começamos aqui a ter, dentro destes objetivos que eu tinha enunciado do projeto, alguma informação que me parece interessante. O Vereador Dr. Manuel Alberto fez a seguinte intervenção: Em primeiro lugar, agradecer os esclarecimentos prestados relativamente ao que foi feito e ao que está a ser feito. O que que eu solicitei foi, relativamente ao ano 2015, informação sobre exatamente aquilo que acabou de referir. Haverá relatórios escritos sobre essas matérias e informação que está consolidada em documentos que existirão e solicitei consulta, informação e o acesso a esses documentos. Na última reunião a Vereadora Dra. Gracinda Leal disse que esses documentos não poderiam ser de acesso direto, com o que eu discordo e desde já faço este requerimento a esses relatórios do*

*ano anterior, porque os relatórios deste ano ainda não estão trabalhados. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu começaria por lhe dizer o que é que nos move para apresentarmos questões. Em primeiro lugar, fazemo-lo em sede própria, que é o que a Lei estipula, e que é em reuniões de Executivo e dirigindo-os ao Senhor Presidente de Câmara. Por isso, é que nós não o fizemos diretamente aos serviços, nem o fazemos em relação aos serviços que tutela ou em relação a qualquer outro serviço da autarquia. Dado este esclarecimento, eu vou dizer objetivamente qual é a nossa intenção ao acedermos a esta informação. E é tão simples quanto isto: é de sobretudo valorizar o seu trabalho, é tão simples quanto isto. Para nós o que interessa é potenciar este património, em primeiro lugar, preservando e, em segundo lugar, promovendo-o. Porquê? Porque o seu serviço, como qualquer outro serviço na autarquia tem um custo associado e esse custo tem que ter um benefício público e esse benefício público é precisamente este de preservar e potenciar este património. E, portanto, para nós o que seria importante era perceber, por um lado, o trabalho que está a ser feito e não temos dúvidas de que está a ser feito e, em segundo lugar, o que seria muito importante também e gostaria de o ouvir e é por isso que esta minha intervenção se traduz numa questão: o que é que o Senhor sugere a este Executivo em termos daquilo que deve ser feito, ou seja, o que é o Senhor como responsável deste importante sector dentro da autarquia sugere que se faça, os passos que temos que dar no sentido de, em primeiro lugar, preservar o que temos e de, em segundo lugar, continuarmos a descobrir aquilo que temos. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Dr. João Tiago para prestar os esclarecimentos solicitados: Sobre o que é que o Município deverá fazer a seguir, eu se calhar tenho que remeter para o Plano Municipal da Cultura. Um dos objetivos do Plano Municipal da Cultura é a médio prazo a criação de um museu. A criação de um museu será um passo lógico para se poder valorizar este património. Nós precisamos de algum tempo, alguma sorte, para conseguirmos um acervo que resulte destes trabalhos e que nos permita ter um conjunto de peças que possam ser apresentadas, que possam permitir explicar às pessoas o que é que foi a ocupação do território, nomeadamente neste período da proto-história e depois eventualmente em períodos mais próximos da nossa época. Precisaremos também de fazer uma articulação de uma estrutura desse tipo com os próprios sítios arqueológicos e mais uma vez isto coloca-nos dificuldades a diferentes níveis. No caso do Crasto de Ul, nós este ano temos estruturas que iremos agora tapar até ao próximo ano para depois serem escavadas e vamos tapá-las objetivamente para evitar que durante este inverno se degradem. Depois, quando as escavarmos provavelmente aquilo que teremos que fazer é um trabalho imediato de consolidação para as deixar visitáveis. Isso é uma coisa que as pessoas ao irem ao sítio podem ver, podem ter algum tipo de informação no sítio através de painéis ou outro tipo de sistema que lhes permita perceber o que é que estão a ver. Se formos para um sítio como o Calvo, temos um paradigma diferente, não temos estruturas que as pessoas possam visitar. No Calvo o que temos é uma camada de 60cm ou 70cm de terra onde há cerâmicas, mas onde não temos uma única estrutura e tenho alguma dúvida que tal venha a ser possível de encontrar. Julgo que seria a criação de*

*um museu, com algum enfoque na arqueologia, não digo que fosse um enfoque total, e uma capacidade de articulação dessa estrutura com os sítios onde temos vindo a desenvolver trabalhos para que a visita de uma coisa seja complementar da outra. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Não deve ter percebido a minha questão quando me remete para o Plano Municipal da Cultura e resume o Plano Municipal da Cultura à criação de um museu que a seguir mata dizendo que não temos acervo, que não faz sentido a sua criação. O que eu estava a falar é precisamente da criação desse acervo, é tentar perceber a importâncias desses quatro sítios, o seu potencial em termos de acervo e depois que estratégia, que tipo de planeamento é que estamos a seguir para procurar verificar se aquilo que são as suas suposições, as suas perspetivas em relação aquele local, fazem sentido. Era basicamente isso que queríamos perceber, porque como compreende nenhum de nós que está à volta desta mesa tem conhecimentos na área, todos nós entendemos uma coisa simples, estamos a falar de quatro sítios importantes que têm que ser valorizados. Queríamos perceber de que forma é que estão a ser seguidas estratégias que permite, por um lado, a valorização desses espaços e, por outro lado, termos criadas estratégias que nos permitem definitivamente chegarmos a conclusões sobre aquilo que é importante e não tenhamos definições de aparentemente, falar em sorte. Nós queremos objetivamente perceber o seguinte: o que é que o senhor acha que deve ser feito em termos de trabalhos de escavações nesses locais, qual é a estratégia que deve ser seguida e durante quanto tempo, para tentarmos reunir esse acervo que permite cumprir aquilo que vem designado no Plano Municipal da Cultura, que é a tal criação do museu. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Dr. João Tiago, responsável pelo Sector de Arqueologia do Município: Terei que lhe enumerar os objetivos do nosso projeto. O que nós queremos é perceber se a cronologia da ocupação dos povoados é tão alargada como a literatura refere ou se é mais restrita no tempo; queremos verificar se povoados com maiores dimensões possuem ocupações sincrónicas, isto é se têm ocupação em simultâneo; estabelecer uma malha de ocupação do território tentando identificar os pontos mais importantes de diversos períodos abrangidos pelo projeto, o projeto abrange desde a idade do bronze até à idade média; identificar em cada um dos povoados sequências de ocupação e aferir a partir dos dados adquiridos as potencialidades concretas dos sítios. Isto é o que nós pretendemos fazer, são os objetivos que pretendemos atingir e são objetivos para quatro anos, o limite temporal que é permitido nos projetos de arqueologia. Em quatro anos conseguimos isto? À partida não, mas isto com uma visão perfeitamente realista das coisas. Nós não estamos a falar de escavar quatro mamoadas, isto seria plenamente fácil de atingir, nós estamos a falar de quatro povoados que têm áreas generosas, centenas de metros quadrados em cada um deles. A nossa capacidade de intervenção está no limite razoável e bom por campanha de quinze dias em fazer 50m<sup>2</sup> em cada povoado, portanto, em quatro anos, na melhor das hipóteses, em Ul, conseguiríamos fazer, se a minha matemática não falhar muito, 200m<sup>2</sup> de escavação. O que não vamos à partida fazer, porque este ano só escavamos 25m<sup>2</sup>, na melhor das hipóteses 175m<sup>2</sup>. Prevemos quatro campanhas para Ul, duas campanhas para o Calvo, uma*

*campanha de escavação para Ossela e outra para Recarei. Obviamente que não me vai ouvir dizer que uma campanha de escavação em Recarei ou em Ossela é suficiente para o sítio, não é. Nós temos essa noção desde o princípio. Quando se estrutura um projeto de investigação, nós temos que ter em conta aquilo que são os recursos que temos disponíveis. Temos que pensar que não conseguimos fazer três campanhas de escavação num ano, mas conseguimos fazer duas. Se conseguíssemos fazer três campanhas, eventualmente poderíamos acrescentar mais informação, mas para isso é preciso ter alguma capacidade de o fazer e não é assim tão simples quanto isso, mais que não seja porque isso implica que eu esteja permanentemente no campo e três campanhas de escavação representa um mês e meio de trabalho de campo, só trabalho de campo. Quando diz que não gostava de ouvir o aparentemente ou a sorte, tem a ver com a cautela como apresentamos as coisas. Os relatórios só serão disponibilizados publicamente depois de serem aprovados pela Tutela, neste momento os relatórios que foram remetidos à Tutela ainda não foram aprovados e há ainda outros em elaboração. Entrando no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Propor um voto de pesar pelo recente falecimento do Pintor Oliveirense José Luiz Darocha, que residia em França mas tinha profundas ligações à nossa cidade. Dar nota também, julgo ser importante, que pudéssemos, para além do voto de pesar, sugerir à Comissão de Toponímia que pense numa futura rua, avenida ou praceta para poder incorporar o nome do Pintor Oliveirense José Luiz Darocha na toponímia de Oliveira de Azeméis. Informo também de que fui contactado pela família dando nota de uma missa que se vai desenvolver amanhã, às 19h, na Igreja das Carmelitas, na Foz, no Porto. Tenho também uma reunião com os familiares na próxima segunda-feira, mas não sei qual é objeto dessa reunião, mas darei informação posteriormente sobre essa reunião. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Primeira questão, tem a ver com o parque de estacionamento subterrâneo do Largo do Gemini, perceber o que é que está a perturbar aquela que foi a nossa decisão de resgate de sequestro da concessão. Sabemos que havia munícipes que tinham contratos e acordos para estacionamento das suas viaturas neste estacionamento e que agora com as vicissitudes têm de as deixar no exterior. Perceber qual o ponto de situação? Segunda questão, tem a ver com a alteração do trânsito na Rua General Humberto Delgado. Esta alteração não estava prevista, portanto, perceber se tem alguma validade jurídica. Daquilo que conheço da legislação, as posturas com eficácia externa têm de ser aprovadas pela Assembleia Municipal, pelo que tenho dúvidas que não estejamos a praticar ilegalidades nesta matéria. Terceira questão, tem a ver com o muro da zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo. Perceber se os desenvolvimentos que este processo teve foram aqueles que se verificaram dois ou três dias depois e que foi basicamente recuar três metros dos dez que estavam previstos. Se efetivamente aquele muro ficar recuado três metros face à versão inicial, é a prova evidente que não tínhamos que cumprir pelo alinhamento e, portanto, deveríamos ter acautelado este processo muito mais cedo e evitar que o muro ficasse naquela situação, que pelos vistos não agrada a nenhum de nós. Esta solução de recurso fica objetivamente mal enquadrada naquela*

*zona e não deixa de ser mais um atentado urbanístico cometido por esta autarquia. Sobre a alteração de trânsito na Rua General Humberto Delgado o Senhor Presidente esclareceu: Hoje inicia-se o ano escolar e esta alteração de trânsito, não estando aprovada em Assembleia Municipal, foi-nos solicitada pela GNR e pelos Bombeiros, procurando coincidir com a abertura do ano escolar. É uma vontade das autoridades, que acham que minimizam os impactos negativos do trânsito no sentido que tinha no passado. Em horas de ponta e nos dias de inverno há problemas de fluxo de trânsito no acesso às escolas, pelo que as forças de segurança sugeriram esta alteração. É uma questão de cooperação que nos foi pedida. Evidentemente que eu também sei como é que feita a tramitação, sei como é feita a aprovação por parte dos órgãos municipais e sei que aquela alteração não foi aprovada. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: O Senhor Presidente já esclareceu o porquê da alteração de trânsito na Rua General Humberto Delgado. Apesar de termos discutido várias vezes esta questão, nunca nos tinha sido formalizada esta vontade, ou esta sugestão da GNR senão esta proposta já tinha vindo à reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. É a sugestão de duas entidades que têm alguma responsabilidade na gestão do trânsito, paralelamente com a responsabilidade da Câmara Municipal. Queria dar nota de que a partir de amanhã vai-se iniciar a Semana Europeia da Mobilidade e mais uma vez Oliveira de Azeméis vai aderir a esta iniciativa. A semana da mobilidade vai decorrer entre os dias 16 e 22 de setembro. Temos uma série de iniciativas intergeracionais. Amanhã, à noite, começa com a iniciativa “Azeméis sobre Rodas”, iniciativa que pretende valorizar a utilização da bicicleta como meio de transporte sustentável na cidade, através de um passeio intergeracional em que a bicicleta assume o papel principal como meio de transporte, percorrendo as principais artérias da cidade, passando pelos principais serviços e equipamentos municipais. Vão ser disponibilizadas as bicicletas elétricas que estão instaladas na cidade. Na terça, quarta e quinta-feira, vão ser proporcionadas visitas guiadas ao centro histórico de Oliveira de Azeméis, onde vai existir um guia que vai junto dos principais equipamentos hoteleiros do concelho incentivar visitas a quem estiver interessado em visitar, da parte da tarde, o centro histórico através das bicicletas. Haverá a já tradicional Cãominhada na segunda-feira e tem um dia especial que é o Dia Europeu Sem carros, que é no sábado que também culmina com a Festa da Noite Branca. Relativamente ao muro da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, efetivamente chegamos a esse entendimento e a esse acordo com o proprietário e requerente do equipamento. Nós já tínhamos falado da última vez que efetivamente e juridicamente não podíamos impor o alinhamento que foi imposto aos industriais que lá instalaram as outras indústrias. Pensamos e já estamos a estudar a melhor situação para que quando os proprietários dos terrenos adjacentes a este lote e ao outro lote, ao último dessa rua, se consiga minimizar este desalinhamento. Quando os outros adjacentes estiverem vamos propor alinhamentos que acabem depois por minimizar a situação do arruamento existente e enquanto não for executado o arruamento previsto no plano de urbanização da Zona Industrial. Quanto à questão do parque de estacionamento subterrâneo, hoje à tarde vou ter uma reunião*

*com a Soares da Costa. Apesar de termos feito o sequestro e de estarmos a negociar com a Soares da Costa e o Banco porque o direito de superfície da Soares da Costa tinha sido dado de garantia a uma instituição bancária, surgiu-nos um plano especial de reabilitação no âmbito da insolvência da Soares da Costa e já tivemos mais uma pessoa a intervir neste procedimento. É claro que isso não inviabiliza o sequestro que nós deliberamos, mas nós estávamos a negociar no sentido de ir para além do sequestro e negociarmos a possibilidade de adquirirmos definitivamente o parque e termos toda a autonomia da gestão do parque. Entretanto como surgiu esse plano negocial de reabilitação e temos agora mais gente a decidir sobre essa matéria, vamos ver se ainda este mês ultimamos a possibilidade de reabertura do parque de estacionamento subterrâneo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que disse: Em relação à proposta que fez sobre o artista Darocha, naturalmente que lamentamos a perda da vida e também a perda para a cultura portuguesa e estamos totalmente de acordo. Deixe-me só dar a minha opinião relativamente a esta alteração de sentido de trânsito na Rua General Humberto Delgado. Eu espero que a autarquia, embora sendo sensível àquilo que são as sugestões das forças de segurança e dos bombeiros voluntários, ainda não tenha, por delegação de competências ou por contrato interadministrativo de delegação de competências, transferido as suas competências para nenhuma destas entidades. Portanto, com isto quero dizer que o Partido Socialista é frontalmente contra esta medida que foi adotada, de inverter o sentido de trânsito naquela via sem ter a aprovação da Assembleia Municipal. Por uma razão muito simples: se hoje ou amanhã um miúdo for atropelado o seguro não vai pagar e isso é uma responsabilidade que é exclusivamente nossa. Acho que nós devemos ser cautelosos em relação a isso, estamos a falar do arranque escolar, que é sempre mais turbulento, leva mais pais às escolas, vamos ter uma grande movimentação naquela rua e nós temos que ter todo o cuidado. Muito sinceramente, não me parece que por mais quinze dias não pudéssemos manter o sentido de trânsito exatamente como estava, não criando no dia do arranque escolar toda esta confusão. Esta é a nossa opinião e queremos que isto fique bem claro. Podemos ter ali um assunto sério, um problema muito sério e é a nossa obrigação evitá-lo. Passando ao motivo da minha intervenção, Senhor Presidente, na última reunião falei na Rua José Ilídio, em Nogueira do cravo, uma rua que está em muito mau estado e o Senhor Presidente disse que tomaria providências para que os serviços fossem ao local ver o estado de conservação das ruas. Perceber se já foi feita essa avaliação. Senhor Presidente, mais uma rua em péssimo estado, a Rua do Teso, em Cucujães, rua com o piso num estado muito degradado, poderá estar perspeticada a sua intervenção, mas também gostaria de falar na limpeza dessa rua. A limpeza nessa rua é da responsabilidade da Rede Ambiente e essa rua estava num estado lastimável quando lá fui há uns dois ou três dias atrás. Uma outra rua que também julgo que é da responsabilidade da Rede Ambiente, mas não tenho a certeza, é a Rua do Couto, que está num estado lamentável, é muito difícil encontrar ruas naquelas condições no nosso concelho. O que eu quero deixar claro é o seguinte: se esta empresa não cumpre o aquilo que é obrigada a fazer, nós temos que exigir que ela cumpra e se essa empresa mantiver o incumprimento nós*

*temos de tomar decisões. Senhor Presidente, nós não podemos permitir que recursos financeiros do erário público afetos a determinada função, a determinada empresa, não tenham depois o devido retorno em termos daquilo que deve ser o cumprimento por parte dessa empresa. Em relação a esta situação do estacionamento, eu gostaria só de colocar uma questão e já aproveitando que falamos da zona do Gemini: nós quando fizemos esta concessão da Praça da Cidade, no projeto inicial estaria prevista a construção de um edifício que complementaria as funções do edifício construído pela autarquia, um edifício que naturalmente enriqueceria o património público. O que eu gostaria de saber é se a autarquia tem junto do arrendatário conversado no sentido de perceber se esse investimento vai ou não ser feito, se está ou não perspetivado. Uma outra questão, Senhor Presidente, é saber se tem alguma ideia de quando é que nos pode apresentar as contas do Europeu de Hóquei em Patins e da Volta a Portugal em Bicicleta, que eram para ser apresentadas na semana seguinte e já passaram algumas semanas. Uma outra questão, Senhor Presidente, esta uma questão lateral, não posso deixar de a referir aqui em sede de reunião do Executivo e tem a ver com as declarações do Presidente da Comissão Política do PSD e na nossa opinião obviamente que ele não pode ser de manhã o interlocutor da autarquia com as Juntas de Freguesia e à tarde como responsável de um Partido criticar as freguesias com quem trabalha. Talvez ele o faça para fazer aquilo que a autarquia gostaria de fazer mas que não tem coragem para o fazer, mas o que é um facto é que o faz e queria aqui perguntar aos colegas do executivo se se reveem nessas declarações. Senhor Presidente, mais algumas ruas: eu gostaria de pedir a sua atenção para a Rua dos Carvalhais, Cavadas e Elena Muriel, em Ossela, elas estão num estado lastimável, os pisos estão completamente degradados. Seria importante que fosse feita uma intervenção no sentido requalificar estas ruas, não me parece que o esforço financeiro seja muito grande. Senhora Vereadora Gracinda Leal, uma questão: eu quando estive a ver estas ruas vi uma casa em tijolo e perguntei de quem era essa casa e disseram-me que aí vivia três crianças muito pequenas e eu gostaria de saber se existe alguma sinalização no gabinete de ação social relativamente a esta situação. Perceber se há alguma coisa que possamos fazer para acudir a esta família, porque não devem ter recursos. Dirigindo-me ao Senhor Vereador Isidro Figueiredo, gostaria também de perceber se tem alguma validade, o transporte dos alunos da Escola de Vermoim está a ser feito pelos Bombeiros e eu gostaria de perceber se é verdade e pelos vistos no transporte de regresso deixam as crianças às 15h30 em casa e este horário é manifestamente difícil para quem trabalha e, portanto, perceber se não existe a possibilidade de nós criarmos uma alternativa no sentido de ocuparmos estas crianças para terem um horário compatível com o horários dos pais. Uma outra situação, tem a ver com o arranque do ano escolar. Ontem tivemos a oportunidade de debater esta questão do arranque do ano escolar, registar a normalidade com que o arranque escolar está a acontecer não só na nossa autarquia, mas um pouco por todo o país. Só deixar uma nota, porque me parece desnecessário e devemos procurar resistir a esta tentação, aliás porque ajudamos a proteger o ambiente e até salvaguardamos alguns recursos financeiros da autarquia, esta coisa de colocar em todos os manuais escolares oferecidos uma etiqueta a*

*dizer que é oferta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, esta coisa de mandar uma carta para todas as crianças em idade escolar são coisas, na nossa opinião, dispensáveis, protegem o ambiente, poupam recursos financeiros e não fazem sentido. Atenção a algumas críticas, que não sei se têm fundamento, algumas críticas que são feitas em relação aos kits escolares que são entregues aos alunos do pré-escolar e que não fazem sentido os conteúdos para aquelas idades. Não sei se tem algum fundamento, tenho ouvido algumas críticas nesse sentido. Em relação ao evento “Há Festa na Aldeia”, obviamente que é mais um apontamento cultural interessantíssimo, decorreu na nossa opinião muito bem, mas nós continuamos a ter um problema, Senhor Presidente, que temos que agarrar e tem a ver com o estado do nosso rio, que é o apontamento natural mais importante, tudo se desenvolve em torno do rio e seria importante que nós percebêssemos o que é que se está ali a passar, porque obviamente aquilo não é bom para o nosso município e durante o período das festividades continuamos a ver o rio naquele estado. Eu não sei se o município já o fez, tivemos a preocupação de tentar perceber, porque têm sido aqui levantadas algumas questões em relação à gestão das Etar's, nomeadamente em relação à Luságua, mas o que acontece é que o problema vem a montante da Etar, ou seja, nós temos mesmo de procurar identificar a causa da poluição. Seria importante tentarmos perceber para ver se conseguimos de alguma forma proteger o nosso rio e evitar que aquele espetáculo se vá repetindo festa após festa. Senhor Presidente, gostaria de lhe perguntar, porque eu acho que não é admissível que a autarquia transfira dinheiros públicos que não sejam devidamente aplicados, mas gostaria de lhe perguntar se o senhor tem alguma informação se o coordenador da APTM é remunerado. Gostaria de saber essa informação, somos contribuintes ativos para o funcionamento da APTM, eu quase que me atreveria a dizer que somos os únicos contribuintes que permitem o funcionamento do espaço e obviamente eu gostaria de perceber se nós quando analisamos aqui os estatutos da APTM salvaguardamos precisamente essa perspetiva de evitar que os cargos fossem remunerados. Portanto, gostaria de saber se efetivamente existe remuneração. Obviamente que este é um assunto que diz respeito à APTM, mas eu gostaria era de perceber se tem a possibilidade de nos dar essa informação, só a título informativo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Enaltecer a inauguração do campo sintético do Futebol Clube Macieirense. Dizer que temos ali um equipamento fantástico que vai estar ao serviço desta freguesia, assim como de outras entidades e instituições. Referir ainda a valorização do nosso mercado municipal com a abertura de uma loja solidária da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães. A primeira fase de restauro do mercado municipal está quase concluída, ainda esta semana que vem estará também resolvida a questão das tendas dos ciganos e depois passaremos à segunda fase de restauro. Temos também prevista a abertura de uma loja solidária da Cerciaz. Vamos ter um plano de atividades muito específico para o mercado, com uma maior interação social e institucional, para dar mais vida ao mercado e àquele equipamento importante para a dinâmica urbana. Enaltecer também a conquista da Medalha de Bronze pelo nosso conterrâneo Abílio Valente nos Jogos Paraolímpicos. O Abílio esteve um mês e meio a treinar sozinho no nosso pavilhão municipal e*

*também a fazer algumas sessões de terapia na nossa piscina. É um atleta que nos orgulhado muito. A participação do município na Cruzada do Eurobasket 2017, a nossa seleção infelizmente perdeu, mas tivemos jogos ao mais alto nível. Vem um fim-de-semana de desporto intenso, a Oliveirense em conjunto com a Câmara Municipal vai organizar o Azeméis Cup em Basquetebol. Temos também uma das melhores provas do mundo XCO, este ano sem grandes relevos internacionais porque já passaram os jogos olímpicos mas continua a ser uma prova internacional. Nós somos pioneiros nas semanas de mobilidade, há quinze anos que nós aderimos à Semana de Mobilidade Europeia. Temos um plano e uma estratégia muito claros, não só durante esta semana mas durante todo o ano. No próximo sábado realizar-se-á a V Edição da Noite Branca, uma noite totalmente diferente, virada para as nossas associações. Por fim, enaltecer a presença do tenista oliveirense João Domingues na Seleção Nacional. Para a semana realizar-se-á o Torneio de Ténis Open Azeméis, considerado o segundo melhor torneio português de ténis. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Salientar o resultado obtido pela equipa portuguesa da qual faz parte o nosso conterrâneo Abílio valente. Eu não tinha dúvidas nenhuma, quando há vários anos, penso que com justiça será reconhecido, referi que havia condições para nós apoiarmos esta modalidade do Boccia. Reconhecer o esforço que foi feito e julgo que no futuro iremos ter mais surpresas a este nível. O segundo aspeto que gostava de referir, penso que terá essa informação, na altura disse que ira reunir com a Associação de Municípios Terras de Santa Maria sobre a gestão das Etar's e queria só, na sequência da intervenção do Eng.º Joaquim Jorge dizer o seguinte: obviamente que a questão da qualidade da água dos rios é importante sob o ponto de vista turístico, se temos linhas de água poluídas dificilmente teremos pessoas que as procurem, a verdade é que nós temos de salientar um outro aspeto que é o aspeto da natureza. Nós temos ecossistemas associados a estas linhas de águas e esses ecossistemas têm seres vivos, desde vegetais, incluindo todas as variedades animais e que de facto sofrem muito com isso. Portanto, aquilo que se exige por parte dos municípios, não é só o nosso mas qualquer município desta associação e que tem uma ligação com estas linhas de água, respostas que sejam capazes de repor a qualidade da água como ela deverá ter para salvaguardar os interesses da natureza, mas também os interesses turísticos. Senhor Presidente, saber se há alguma informação sobre isso, saber o que é que vai ser feito. Sei que essa é também uma preocupação sua, mas gostaríamos de saber um pouco mais sobre isso. Sobre o arranque do ano escolar, não vou falar muito sobre isso, mas salientar o aspeto que já foi aqui referido de que as coisas estão a funcionar bem. Questionar só um aspeto que me parece importante e que me parece de todo necessário corrigir no futuro. Quando insistimos na inclusão do município no grupo dos municípios que integram o Programa Aproximar a Educação, a ideia era que houvesse da parte local uma resposta para resolver problemas para que os alunos pudessem ter uma melhor oferta formativa e que pudesse essa oferta formativa ter uma qualidade capaz de dar resposta aos seus anseios de formação. Foram feitas reuniões para articular entre os vários agrupamentos a oferta formativa particularmente ao nível dos cursos profissionais e sei que, por*

*exemplo, houve decisões que foram tomadas no sentido de haver abertura de cursos num ou noutro agrupamento, de modo a rentabilizar recursos, recursos físicos e humanos. Curiosamente há por parte de alguns agrupamentos, e gostaria que o Prof. Isidro Figueiredo nos esclarecesse sobre isso, uma decisão autónoma no sentido de abrir cursos que não estavam perspetivados para esses agrupamentos e abriram esses cursos à revelia ou ao contrário daquilo que estava perspetivado e outros agrupamentos que tinham perspetivado esses cursos acabaram por não abrir esses cursos e não dar resposta e não rentabilizar os recursos humanos e físicos que têm. A Escola Secundária Ferreira de Castro tem desde o início os cursos profissionais uma tradição de formação nesta área e é estranho que fique sem alguns cursos este ano, que estavam previstos inicialmente, porque não têm alunos suficientes. O que me parece é que se nós temos um Programa Aproximar a Educação Gostava de perceber o que é que aconteceu e para evitar os problemas relacionados com aspetos deste tipo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Começava por referir o evento “Há Festa na Aldeia”, que decorreu no último fim-de-semana e que trouxe muita gente ao Parque Temático Molinológico. Podemos assinalar este evento com um grande êxito. Este evento é promovido pela Aditem, com a parceria direta da Câmara Municipal, da União de Freguesias de Oliveira de Oliveira de Azeméis e União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, e também das associações e coletividades que se envolvem neste evento e em particular a Associação do Parque Temático Molinológico. Foram várias as atividades propostas e que estão ligadas naturalmente ao artesanato, à diversão, entre outros, serve de alguma forma para o encontro, para o convívio e estas atividades foram desenvolvidas pelos vários grupos. Foi uma forma de envolver a comunidade local, trazer forasteiros até cá para conhecerem este magnífico espaço. Devo dizer que o espaço ainda é desconhecido de muita gente que vive no município de Oliveira de Azeméis. Relativamente à preocupação das questões da qualidade da água, temos que procurar cada vez mais procurar soluções no sentido de melhorarmos a qualidade da água, que de facto não é condizente com a beleza e com aquele espaço que nos proporciona um espaço de lazer, de diversão. Relativamente à abertura do ano letivo que hoje se inicia, eu gostava de deixar para a próxima reunião de Câmara para poder trazer dados, relativamente ao ano escolar, mais objetivos e depois podermos discutir algumas questões que se colocam e que só com alguns dias de distanciamento eu conseguirei trazer com mais objetividade. Relativamente às questões que o Senhor Vereador Joaquim Jorge colocou e relativamente ao transporte dos alunos do Jardim-de-infância de Vermoim, este transporte é assegurado através de um protocolo que a Junta de Freguesia fez com os Bombeiros e se há preocupações relativamente aos horários nós iremos procurar encontrar soluções com a Junta de Freguesia que está a explorar e procurar ir ao encontro daquilo que são as necessidades dos alunos. Já agora vale a pena dizer, com certeza que direi também daqui a quinze dias, é certo que está tudo preparado para o ano letivo decorrer com normalidade, penso que isso é visível, mas normalmente nos primeiros quinze dias, três semanas, há sempre necessidade de pequenos ajustamentos, nomeadamente na questão dos transportes, porque há alterações de horários de*

*algumas escolas e requerem pequenas alterações dos circuitos. Relativamente aos kits escolares do pré-escolar, a indicação que eu tenho é que estes kits são previamente discutidos pela Divisão da Educação com as Educadoras relativamente ao material que é mais adequado para este nível etário. Relativamente à questão que o Vereador Manuel Alberto colocou sobre a oferta formativa, evidentemente que o município tem, por ter assinado o contrato interadministrativo de delegação de competências, responsabilidades diretas na oferta formativa do município de Oliveira de Azeméis. E não é verdade que algum curso profissional tenha sido implementado sem estar previamente estabelecido com os agrupamentos. Todos os cursos que estão neste momento em oferta formativa no município de Oliveira de Azeméis foram discutidos e aprovados e constam de documento próprio em reuniões feitas com os diretores das escolas. Houve concessões, porque toda a negociação faz-se com algumas concessões e, portanto, depois desse documento validado pelos agrupamentos, foi também validado pelo Dgeste, naturalmente que temos que enviar o documento que é concertado a nível local para o Ministério da Educação. Aliás, na reunião habitual que costuma a haver de rede, o Senhor Delegado Regional do Norte referiu precisamente que no caso de Oliveira de Azeméis a situação já estava previamente acordada e seria respeitada de acordo com aquilo que tinha sido o nosso apoio. Porém, na primeira versão do documento, aquela que o Ministério validou, havia uma alteração, uma alteração que tinha sido aquela que tinha sido proposta inicialmente por Fajões. Tendo tomado conhecimento através da Diretora do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro de que tinha um erro, uma alteração que não constava do documento assinado, reuni novamente com a Dgeste e solicitei que fosse alterado, foi corrigido e a versão que saiu é efetivamente é aquela que foi acordada. Relativamente à questão que coloca do Curso de Programação e Sistemas Informáticos, o que aconteceu, foi a informação que me foi dada, é que o Agrupamento de Escolas de Fajões tinha direito, de acordo com o que estava acordado, meia turma desse curso e meia turma de um outro curso que era de Hotelaria e Restauração. Porém, o Senhor Diretor tinha 20 alunos e desses 20 alunos tinha 2 alunos com necessidades educativas especiais, o que significa que a turma com esse número de alunos podia funcionar autonomamente em vez de funcionar parcialmente, ou seja, se fosse para funcionar com metade teria que dispensar quatro alunos, e com esses quatro alunos permite fazer uma turma completa porque com os alunos das necessidades educativas especiais seria possível formar essa turma. Pediu autorização diretamente, pelo que me foi dado a conhecer, ao Ministério da Educação que validou a turma completa. É essa a informação que eu tenho, mas não houve um desrespeito por aquilo que foi acordado. Relativamente à questão das ruas abrangidas pela Rede Ambiente, em Cucujães, eu devo dizer o seguinte: Há um plano de intervenção nas ruas, de limpeza, acordado entre a Rede Ambiente e a Junta de Freguesia. Este plano que está estabelecido procura elencar um conjunto de ruas que complementa aquelas que a própria Junta de Freguesia limpa e que não estão abrangidas pelo contrato da Rede Ambiente. Tem havido atrasos, alguns já foram colmatados e estão a procurar cumprir com o plano de intervenção nas ruas. Já agora os serviços indicam que relativamente às ruas que indicou (Rua*

*do Teso e Rua do Couto) fazem parte do circuito, no entanto devido as últimas obras que estão a ser realizadas no Campo Municipal de Jogos não foi feita essa intervenção. No entanto, o plano indica que a próxima intervenção seria em outubro, mas está programada já para a próxima semana e será efetuada na continuidade dos trabalhos que estão a decorrer junto ao Clube Desportivo de Cucujães, envolvente da Escola Dr. Ferreira da Silva, Rua D. Almira Brandão, entre outras. A Avenida João Pinto Bessa já foi limpa e os trabalhos vão continuar nas próximas semanas, mesmo em ruas que não contempladas pelo plano de limpeza, mas que está articulado com a Junta de Freguesia. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Quanto ao parque de estacionamento já tivemos uma reunião com o banco que também está preocupado e quer encontrar uma solução. O Vereador Joaquim Jorge disse que era “frontalmente contra inverter o trânsito na Rua General Humberto Delgado”. Dar-lhe nota de que esta alteração foi efetuada de acordo com o pedido da GNR e dos Bombeiros, inclusivamente a GNR está lá hoje para sensibilizar as pessoas. Relativamente à questão das contas, Senhor Vereador, dizer que neste momento a minha vontade é que elas já tivessem vindo. Quem pediu mais uns das foram as entidades federativas. Da nossa parte nós já fizemos tudo o que tínhamos a fazer, entregamos tudo o que tínhamos a entregar, só faltava fechar com a Federação Portuguesa de Patinagem. Quanto à situação que falou da freguesia de Ossela, essa situação já era para estar resolvida, mas a intervenção a fazer é mais complexa do que a inicialmente prevista. A junta de freguesia já se comprometeu com a Câmara Municipal a assegurar a reposição dessas vias e a indicação que eu tenho do Presidente da Junta é que era para ser feito ontem, mas a chuva atrapalhou os trabalhos. Isso é válido também para outras freguesias, onde estão a decorrer obras de requalificação das vias, também repavimentações tendo em conta as empreitadas que aprovamos aqui na reunião passada. Relativamente ao concurso para aquisição de massa asfáltica, dizer que houve dois concorrentes. O concorrente a quem foi adjudicada a aquisição de massa asfáltica, segundo as informações das compras, pratica os preços mais baixos. A adjudicação não foi feita a outras empresas porque já estavam com o plafond tapado em termos de ajustes diretos. Em termos de requalificação e repavimentação das estradas, os nossos serviços estão a tratar dos concursos para as empreitadas de repavimentações, não só da questão dos buracos, isso vai ser feito em diversas freguesias. A questão da APTM, o que sabemos e eu estive numa reunião como convidado, os privados que lá estão é a NovaArroz, a Caçorola, a Simoldes e a Catelas & Teorgas, depois não sei quais são as outras entidades. A Câmara apoia, financia a APTM, mas não faz parte. A Câmara Municipal pode solicitar informações, mas não me parece que seja remunerado. Quanto à questão da Etar, ficamos muito desagradados com o que aconteceu no ano anterior, durante o evento “Há Festa na Aldeia” e fiz um alerta muito especial à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e à Luságua e foi feita uma monitorização em doze pontos da Etar do Salgueiro até ao Parque Molinológico. Foram identificadas duas situações. Uma explicação foi que no ponto de descarga da Etar do Salgueiro faltava colocar um anto-espumante que já foi comprado, é uma substância cara, mas que evita a produção de espuma quando a descarga cai no rio. Uma das questões que o Prof.*

*Isidro Figueiredo colocava com frequência é a espuma que aparece no rio, os desníveis da água e os objetos que estão no rio e as quedas de água são produtores dessa espuma e que foi feito um levantamento exaustivo até ao Parque Molinológico e muitas dessas situações aparece espuma e tem a ver com as quedas, os desníveis. Foi o que me transmitiram, que esse produto minimiza esse problema e que já o estão a aplicar. Só uma explicação, os convites para a inauguração do relvado sintético do Futebol Clube Macieirense foram feitos pelo clube. Quanto à recepção do atleta oliveirense Abílio Valente, vamos fazer a justa homenagem, assim como à atleta Cátia Azevedo, que hoje é atleta do Sporting Clube de Portugal, mas que já foi atleta do NAC e que merece também uma menção. Só um acrescento desportivo, o vencedor do ano passado do XCO, da BTT, foi Medalha de Bronze nos Jogos Olímpicos no Rio, foi um espanhol. Quanto à ampliação da Praça da Cidade, essa construção está suspensa, o autor da obra autorizava essa ampliação mas por enquanto está em standby. Quanto às declarações do Presidente da Comissão Política do PSD, são questões políticas. =====*

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 83, a qual foi aprovada por unanimidade. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MÓNICA SOFIA SOARES DE PINHO – CEDÊNCIA DO CINETEATRO CARACAS (I/57953/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado por Mónica Sofia Soares de Pinho, com vista à realização de espetáculo de Dança, no dia 08 de outubro de 2016, às 21h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do*

*n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação a Mónica Sofia Soares de Pinho, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== BANDA DE MÚSICA DE LOUREIRO – CEDÊNCIA DO CINETEATRO CARACAS (I/58841/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Banda de Música de Loureiro, com vista à realização de espetáculo de Música, no dia 18 de setembro de 2016, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Banda de Música de Loureiro, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PROTOCOLO A CELEBRAR COM A DIREÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR E O MUSEU MILITAR DE LISBOA PARA A REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO**

**NO ÂMBITO DO CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA (I/56151/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Município de Oliveira de Azeméis pretende desenvolver um conjunto de eventos evocativos do centenário da Grande Guerra durante o período de 2014 a 2018; - o Município de Oliveira de Azeméis considera que a realização de exposições temáticas sobre a Grande Guerra permite não só valorizar o empenho dos portugueses nesse conflito, como dá-lo a conhecer de forma sintetizada e didática a diferentes tipos de público; - o Município de Oliveira de Azeméis considera que o trabalho artístico do pintor Adriano Sousa Lopes, enquanto Capitão Equiparado nos Serviços Artísticos do Corpo Expedicionário Português, permite uma abordagem à Grande Guerra, não só do ponto de vista histórico, mas também enquanto um retrato das condições enfrentadas pelos militares portugueses; - a Direção de História e Cultura Militar e o Museu Militar de Lisboa, possuem à sua guarda um conjunto de obras realizadas pelo pintor Adriano Sousa Lopes que descrevem o quotidiano do Corpo Expedicionário Português no período em que esteve na frente de combate; - a Direção de História e Cultura Militar e o Museu Militar de Lisboa, estão empenhadas na evocação do centenário da Grande Guerra, desenvolvendo e associando-se a eventos organizados por outras instituições que possam valorizar a memória dos militares portugueses; - a Direção de História e Cultura Militar e o Museu Militar de Lisboa, atribuem uma grande relevância à colaboração com a sociedade; - a Direção de História e Cultura Militar e o Museu Militar de Lisboa, possuem uma ampla experiência na parceria com autarquias locais no âmbito da realização de eventos evocativos de acontecimentos históricos no âmbito da história militar, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo das suas competências, nomeadamente das alíneas o), r) e u), do n.º 1, do art.º 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, delibere: - Aprovar a minuta de protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Direção de História e Cultura Militar e o Museu Militar de Lisboa, o qual estabelece os termos da colaboração institucional com vista à realização da exposição evocativa da Grande Guerra: Sousa Lopes, o traço das trincheiras.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **AÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58542/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um*

apoio económico mensal com início no mês de setembro de 2016, em conformidade com o quadro abaixo:

<i>Nome</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Carla Alexandra Pinto Moreira</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>216 562 155</i>	<i>€ 70</i>	<i>3769/2016</i>
<i>Reinaldo Vieira de Sousa</i>	<i>Cucujães</i>	<i>195 318 730</i>	<i>€ 80</i>	<i>3768/2016</i>
<i>Ana Maria Costa Freitas</i>	<i>Cucujães</i>	<i>160 275 750</i>	<i>€ 80</i>	<i>3767/2016</i>
<i>Ângela Maria Oliveira Rodrigues</i>	<i>Cucujães</i>	<i>183 112 717</i>	<i>€ 80</i>	<i>3766/2015</i>
<i>Andreia Daniela Pinheiro da Silva</i>	<i>Cucujães</i>	<i>229 138 187</i>	<i>€ 60</i>	<i>3765/2016</i>
<i>Maria celeste Sampaio de Almeida</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>169 964 116</i>	<i>€ 60</i>	<i>3764/2016</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58553/2016)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>V. Apoio da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Aurora Moreira Guimarães</i>	<i>Cucujães</i>	<i>174 034 040</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>289/2016</i>
<i>Armando da Costa Santos</i>	<i>M. Seixa</i>	<i>146 020 634</i>	<i>€ 67,5</i>	<i>€ 67,5</i>	<i>284/2016</i>
<i>Helder Eduardo Silva Lameiras</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>216 807 301</i>	<i>€ 90</i>	<i>€ 82,5</i>	<i>337/2016</i>
<i>Ana Sofia Pinho da Conceição</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>204 738 318</i>	<i>€ 50</i>	<i>€ 50</i>	<i>267/2016</i>
<i>Sónia Maria Portal dos Santos Paiva</i>	<i>S. Roque</i>	<i>207 867 585</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>500/2016</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58640/2016)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por motivos de incumprimento verificado no âmbito do acompanhamento à situação: Albino Rosa Moreira Santos, com efeitos ao mês de julho; Ana Cláudia Silva de Noronha Amorim, com

efeitos ao mês de abril; - Por não apresentar requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Sandra Cristina da Silva Lavoura, com efeitos a partir do mês de setembro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017 (I/58910/216):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que, ocorre em determinados momentos uma quebra do fluxo normal de arrecadação de receitas, originando por tal via dificuldades pontuais de tesouraria. Proponho: A abertura de concurso para a contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), nos termos do caderno de encargos, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/52940/2016):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura n.º 162/2016: 5.257,95 € - Transferências Correntes - STAR (14/18) (Sistema de Tratamento de Águas Residuais); Fatura n.º 166/2016: 4.698,69 € - Transferências Correntes de Julho de 2016; Fatura n.º 171/2016: 1.274,12 € - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2016; Fatura n.º 172/2016: 332,29 €: - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2016. Fatura n.º 187/2016: 5.257,95 € - Transferências Correntes - STAR (15/18) (Sistema de Tratamento de Águas Residuais); Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os n.ºs 3468, 3511 e 3688 de 2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2017 (I/58721/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A Lei nº 5/2004 de 10 fevereiro e posteriores alterações veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem, com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação,

*passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; Que a taxa municipal de direitos de passagem é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; Que o percentual a aprovar por cada município deverá ser aprovado anualmente até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º106, n.º 3, alínea b)), e o seu valor máximo é de 0,25%; Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento (art.º 106º, n.º 4); Propõe-se nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com os art.º 33º, n.º 1, alínea ccc) e para efeitos do art.º 25º, n.º 1, alínea b) e c), do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2017.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====*

**===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A ABASTECIMENTO PÚBLICO =====**

**===== NOITE BRANCA 2016 - AUTORIZAÇÃO DO ALARGAMENTO EXCECIONAL DIÁRIO DO HORÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (I/58788/2016):**

*Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com DL. n.º 48/96 de 15/05 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos–Leis n.º 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e 10/2015 de 16 de Janeiro e nos termos do art.º 13º do Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido, bem como podem os estabelecimentos comerciais onde se realizem festas populares, manter-se em funcionamento enquanto durarem as festividades. - O evento denominado Noite Branca - 2016 irá realizar-se no dia 17/09/2016 das 20h até às 05h da madrugada do dia 18/09/2016, nomeadamente, sendo de organização do município no sentido de promover o comércio local com a realização de atividades e animação nas seguintes ruas: Rua Bento Carqueja; Largo da República; Rua do Emigrante; Praça José da Costa; Rua entre o Jardim Publico (Praça José da Costa) e Tribunal; Rua António Alegria; Rua Dr. Miguel Castro; Rua do Cruzeiro; Rua Ernesto*

*Soares dos Reis, Praça da Cidade e Rua Artur Correia Barbosa. - Foi solicitado os devidos pareceres à GNR, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-UL, Macinhata da Seixa, Madail e UL, Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra (ACCOAVC), Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e DECO sobre o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que se encontrem na área de intervenção do evento bem como os que se encontrem no centro urbano no sentido de funcionarem, excecionalmente, até às 05h da madrugada de 18/09/2016. - Reponderam a GNR, DECO, União de Freguesias e ACCOAVC, conforme anexo, sendo que a primeira, não vê qualquer inconveniente no alargamento do horário, para os estabelecimentos sítos nas ruas mencionadas no pedido de parecer, bem como a União de Freguesias que, também, não vê qualquer inconveniente no respetivo alargamento; - A ACCOAVC, não vê inconveniente no alargamento de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, no entanto alerta para que haja a devida segurança, a fim de evitar incidentes pessoais e no próprio evento; - A DECO, remeteu um parecer complexo, sendo que, é de sua opinião desde que sejam cumpridos todos os pressupostos mencionados no parecer e nada havendo a registar quanto à perturbação da ordem pública ou outra, nada tem a opor ao alargamento excecional de horário de funcionamento, para o evento em causa. Pelo exposto submete-se para decisão o alargamento excecional do horário de funcionamento para os estabelecimentos sítos nas ruas onde decorre o evento denominado - " Noite Branca - 2016 ". Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DA RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – CONHECIMENTO E APRECIACÃO (I/57609/2016):**

*Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Junto se anexa o relatório anual da Comissão de Acompanhamento da Concessão, conforme estipulado na Cláusula 83ª do contrato de concessão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que fez a seguinte intervenção: Tenho aqui algumas considerações, porque acho que faz todo o sentido que as façamos, não nos podemos limitar a receber um primeiro relatório, quando já devíamos ter recebido um outro, e não olharmos para isto com olhos de ver. Em primeiro lugar, começar por referir o objeto da Indagua e diz a própria Indagua que a concessão com uma duração de trinta anos abrange um perímetro territorial correspondente aos limites do concelho de Oliveira de Azeméis e tem como objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços concessionados, incluindo todos os trabalhos de reparação, renovação e manutenção de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados e a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos definido no contrato. Quando olhamos para a água, verificamos que o*

número de novos clientes em 2015 é inferior em quase 3% ao que estava previsto no caso base, prevíamos mais 453 clientes. Já tinha acontecido um fenómeno semelhante em 2014. Os novos clientes que mais cresceram foram precisamente as famílias de rendimento reduzido, que aumentaram mais 30% de 2014 para 2015 com mais 58 clientes, ou seja, são estas que estão diretamente a braços com mais este encargo, quase que duplicando a água que pagam. Em termos de saneamento, o número de novos clientes aumentou em relação ao caso base em cerca de 4,5%, passando-se naturalmente o fenómeno em relação às famílias de rendimento reduzido, com mais 40 clientes, tendo triplicado os números de saneamento faturados também a estas famílias. Neste momento, temos cerca 158000 clientes de água e cerca de 8800 clientes de saneamento, ou seja, quase metade dos clientes de água, porque há clientes que não estão ligados à rede de saneamento e logo percebemos por aqui a dimensão do problema que temos para resolver. Um outro dado que é importante para o Executivo, é que as interrupções ao abastecimento aumentaram 65% de 2014 para 2015 e os contatos por falta de água mais do que duplicaram, tivemos em média cerca de 10 indicações por mês. No plano de investimentos a Indagua está a funcionar a carvão, nos primeiros três anos previa 9,7 milhões de euros, nos três anos seguintes 7,5 milhões de euros e vamos ver o que foi investido e vamos perceber que estamos a falar de pouco mais de 2 milhões de euros. A explicação que foi dada para a inexistência de investimento até ao final de 2015, a população do município de Oliveira de Azeméis quer ter uma cobertura mais abrangente. Eu fico surpreendido, tinha ficado com a ideia que a concessão garantia a cobertura total, mas afinal a Indagua neste momento mudou de discurso e diz que vamos trabalhar para ter uma cobertura mais abrangente. A terminologia utilizada era de cumprimento das metas do PEASAR, agora a expressão utilizada é de uma cobertura mais abrangente. Vem aqui depois uma explicação que “tendo em conta a consideração da expectativa da população do Município de Oliveira de Azeméis em dispor de uma cobertura mais abrangente do serviço de abastecimento de água e da recolha de águas residuais, a Câmara Municipal considerou ser oportuno e economicamente vantajoso analisar a possibilidade de o Município se candidatar a fundos comunitários disponíveis no âmbito do POSEUR, de forma a permitir a realização de obras adicionais conducentes a um aumento significativo da cobertura dos serviços no concelho.” Muito sinceramente, eu sou surpreendido com esta informação porque desconheço como Membro deste executivo que tenhamos autorizado a concessionária a adiar o seu plano de investimento e a concentrar-se em projetos de candidatura a fundos comunitários. Desconheço essa aprovação, mas com certeza que nos serão dadas as explicações. Os investimentos que foram feitas pela concessionária em 2014 e 2015 deveria ter sido em números redondos de 9 milhões de euros. Fizeram pouco mais de 2 milhões de euros de investimento, ou seja, fizeram menos 78% do que aquilo que deveriam ter feito. Destes 2 milhões de euros, € 400.000 foram gastos na constituição e instalação da concessionária; € 328.000 no espaço de atendimento ao público e no armazém e € 440.000 em ferramentas, ou seja, em termos de investimentos diretos nas infraestruturas, nas redes, não foi gasto rigorosamente nada o que quer dizer que na prática estamos exatamente em termos das

*infraestruturas como começamos. Em termos de uma análise de gestão, para a Indaqua está a ser uma mina. Porquê? Está a ter lucros nos anos de arranque que não estavam previstos no caderno de encargos da concessão e está a ganhar muito dinheiro, porque neste momento já devia ter investido mais sete milhões de euros no nosso concelho do que aquilo que investiu e das duas, uma: ou tem o dinheiro a render no banco ou não sentiu necessidades de recorrer a crédito bancário com os correspondentes encargos e só por isto está a lucrar. Dos quase seis milhões de euros previstos, e atenção que eram investimentos previstos diretamente das redes de água e saneamento foi investido zero, não foi investido rigorosamente um cêntimo dos seis milhões de euros que eles tinham previstos no seu plano de investimentos. E é o próprio relatório da comissão, que num parágrafo, confirma aquilo que acabei de dizer “Na comparação com o previsto em caso base, destaca-se o desvio nas rubricas relacionadas com a execução das obras em infraestruturas de água e saneamento, aquisição de terrenos e atividades de fiscalização conexas, que espelha o atraso no arranque das obras”. Depois a seguir vem uma justificação de um milhão de euros que já está a ser feito em 2016, até agosto, mas mesmo com esse milhão de euros que está a ser feito nós temos um investimento de três milhões de euros que fica muito aquém dos nove milhões que já deveriam estar feitos. Os aumentos residuais verificados nas taxas de cobertura das redes de água e saneamento encontra explicação em erros cadastrais, pois obviamente não tendo havido investimento nas redes ela não pode ter crescido. Em relação às reclamações e às tais recomendações/ sugestões, quase duplicaram de 2014 para 2015 na água e de forma menos expressiva no saneamento, seria muito importante que nós conseguíssemos estrinçar as duas coisas para podermos perceber e avaliar o nível de satisfação dos clientes e neste caso dos nossos municípios com o serviço que lhe está a ser prestado. Uma última nota, para terminar, os proveitos tarifários aumentaram de 2014 para 2015 quase um milhão de euros, passaram de 2,77 milhões de euros para 3,72 milhões de euros, ficando mesmo assim, e isto é uma nota importante, duzentos mil euros abaixo do previsto no caso base, ou seja, menos quase 6%. Em 2015, os proveitos reais ficaram pouco acima dos mínimos, estamos a falar de € 17.236,00, o que colocaria a autarquia no risco de ter que indemnizar a concessionária, ou seja, estivemos muito perto de termos proveitos reais abaixo dos proveitos mínimos ou em linha com os proveitos mínimos o que obrigaria a autarquia a indemnizar a concessionária. Também termino dizendo que há aqui uma conclusão que não permite que nós resolvamos alguns problemas que afetam muitos oliveirenses, não foi iniciado nenhum processo de revisão ao contrato de concessão. Nós temos falado aqui repetidamente sobre a necessidade de incluir equidade no tratamento que damos aos nossos municípios. É uma pena que nós não tenhamos iniciado esse processo de revisão, no sentido de permitir que essas pessoas tivessem uma adequação de tarifas que evitasse essa desigualdade. O documento referido em epígrafe foi apreciado. =====*

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO (I/59148/2016):**

Retirado para melhor análise. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NA FREGUESIA DE LOUREIRO (I/59130/2016):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido registado no E/10617/2016 da Junta de Freguesia de Loureiro para a colocação de sinalização vertical dentro da sua freguesia. Proponho: a. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para a freguesia de Loureiro: Sinais de cedência de passagem (B1): 1. Na Travessa do Serrado no entroncamento com a Rua do Serrado. 2. Na Travessa Ferreira de Castro no entroncamento com a Rua Ferreira de Castro. 3. Na Travessa da Igreja no entroncamento com a Rua César Pinho. Sinais de paragem obrigatória (B2): 1. Na Rua do Freixo, no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 2. Na Rua da Londreira no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 3. Na Rua Alma da Moura no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 4. Na Rua da Moura no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 5. Na Rua do Faial no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 6. Na Travessa do Outeiro no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 7. Na Travessa Bento Carqueja no cruzamento com a Rua Dr. Sá Carneiro. 8. Na Rua da Cova da Raposa no cruzamento com a Travessa do Faial. 9. Na Rua do Ervedal no cruzamento com a Rua do Feital. 10. Na Travessa Ferreira de Castro no entroncamento com a Rua do Feital. 11. Na Rua da Boavista no entroncamento com a Rua da Póvoa. 12. Na Rua do Pinhal no entroncamento com a Rua da Póvoa. 13. Na Calçada de Macieira no entroncamento com a Rua de Macieira. 14. Na Rua do Marco no entroncamento com a Rua de Macieira. 15. Na Rua Manuel Alves Pereira da Cruz no entroncamento com a Rua de Macieira. 16. Na Rua da Boavista no entroncamento com a Rua de Macieira. 17. Na Travessa de Valverde no cruzamento com a Rua Dr. António Duarte. 18. Na Praça da Alumieira (que vem da Rua dos Correios) no cruzamento com a Rua da Indústria. 19. Na Travessa da Industria Norte no entroncamento com a Rua da Industria. 20. No Beco da Industria no entroncamento com a Rua da Indústria. 21. Na Travessa das Alminhas no cruzamento com a Rua do Pinhal. 22. Na Travessa da Boavista no cruzamento com a Rua do Pinhal. 23. Na Travessa das Agrads no entroncamento com a Rua das Agrads. 24. Na Rua Banda Musical no entroncamento com a Rua do Barão. 25. Na Travessa do Barão no entroncamento com a Rua do Barão. 26. Na Travessa Bento Carqueja no entroncamento com a Rua do Outeiro. 27. Na Rua do Penedo no cruzamento com a Rua Pombal da Igreja. 28. Na Rua D. Afonso III no entroncamento com a Rua Pombal da Igreja. 29. Na Rua de S. Pedro no entroncamento com a

*Rua Cónego Pires Valente. 30. Na Rua de S. Pedro no entroncamento com a Rua de S. António. Sinais de lomba (A2a) e de passagem de peões (A16a): Na Rua Nossa Senhora da Esperança, um poste com o sinal de passagem de peões (A16a) + um sinal de lomba (A2a) antes da assadeira elevada e outro poste com os mesmos dois sinais depois. Sinais de Estrada sem Saída (H4): 1. No início do Beco da Cruz. 2. No início do Beco do Barão. 3. No início do Beco da Fonte. Sinais de Sentido Proibido (C01): 1. Na Rua do Penedo no cruzamento com a Rua Pombal da Igreja, no sentido Rua do Barão, (Sul – Norte). 2. Na Rua da Praça da Alumieira (Este, junto à EBI) no entroncamento com a Rua Pombal da Igreja, no sentido Sul - Norte. 3. Na Rua da Praça da Alumieira (lado Sul), no entroncamento com a Rua César Pinho, no sentido Poente – Nascente. Sinal de Sentido Obrigatório virar à Esquerda (D1d): 1. Na Rua César Pinho no entroncamento com a Praça da Alumieira. 2. Sinal de Sentido Obrigatório de seguir em frente (D1c): 3. Na Rua do Pombal da Igreja no entroncamento com a Praça da Alumieira. Sinal de Proibido a Trânsito de Pesados (C03b): 1. No início da Rua da Fonte no entroncamento com a Rua do Emigrante. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Mais foi deliberado remetê-la à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====*

===== **HABITACÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **APROVAÇÃO DO ESTUDO DE UMA NOVA VIA, EM SUBSTITUIÇÃO DO CAMINHO PÚBLICO N.º 172, A EXECUTAR NO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE LOUREIRO (I/58475/2016):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos de edificação, que definam e viabilizem as pretensões dos requerentes; - que o Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro não previu qualquer intervenção no caminho público n.º 172; - o estudo desenvolvido pelo Núcleo de Competências de Planeamento e Projeto da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, para uma nova via a incluir no Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, constante no I/58095/2016; - a audição promovida à autarquia local correspondente a 5 de Agosto de 2016, da qual resultou o parecer favorável emitido pela Junta de Freguesia de Loureiro em 6/09/2016, proponho a aprovação do estudo de uma nova via, em substituição do caminho público n.º 172, a executar no Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **APROVAÇÃO DO PLANO DE ALINHAMENTO E RECUO PARA A RUA DR. ANÍBAL BELEZA, EM MADAIL (ENTRE A E.M. 535 E O CAMINHO PÚBLICO 41, EM MADAIL), AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/58507/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos de edificação; - o estudo desenvolvido pelo Núcleo de Competências de Planeamento e Projeto da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, para a Rua Dr. Aníbal Beleza, em Madaíl (entre a E.M. 535 e o caminho público 41, em Madaíl), constante no I/44485/2016, ao abrigo do n.º 2 do artigo 26.º do regulamento do PDM13; - a audição promovida à autarquia local correspondente, a 5 de Agosto de 2016, da qual resultou o parecer favorável emitido pela União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl em 7/09/2016, proponho a aprovação do Plano de Alinhamento e Recuo para a Rua Dr. Aníbal Beleza, em Madaíl (entre a E.M. 535 e o caminho público 41, em Madaíl), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes do artigo 7.º do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, na sua atual redação e no n.º 2 do artigo 26.º do regulamento do PDM13.” A Vereadora Dra. Ana de Jesus disse: queria só deixar o registo do seguinte: Este alinhamento não vai respeitar a norma genérica do PDM no afastamento de x metros ao eixo a via e por isso é que estamos aqui a definir um novo alinhamento, senão cumpria essa norma do PDM. É certo que o próprio PDM permite que em zonas consolidadas não se faça este afastamento e é por aqui que estamos a ir. Recuou qualquer coisa, mas não recuou o essencial. Nos temos por princípio que deveremos sempre tentar o recuo ainda que às vezes a gente fique com alguns cantos ali, futuramente canto a canto a gente vai unindo e ao contrário do que diz o parecer técnico há espaços naquela zona que têm passeios, mas também percebemos e por norma nós achamos que devemos tentar afastar. Nunca falamos tanto em mobilidade das pessoas e eu acho que os passeios são fundamentais, aliás não consigo perceber como é que alguém quer um portão a sair diretamente para a rua. Até hoje ainda não consegui entender. Temos também perceção que esta foi uma abordagem pela Junta de Freguesia; temos a perceção que a não ser assim o homem não vai demolir a casa, ele só vai demolir a casa se tiver a garantia de qual é que vai ser o futuro alinhamento, se tiver que afastar para dentro fica praticamente sem terreno e sem essa garantia não vai demolir. Portanto, pondo estas duas coisas na mesma balança, mesmo assim fica melhor depois da demolição do que o que está agora e por isso nós vamo-nos abster. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. ==

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “ARRANJOS EXTERIORES DAS PISCINAS E DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” – AUTO N.º 01 TME**

**(I/50633/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/36947/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do Auto de Medição n.º 01-Tme relativo a trabalhos a menos (não necessários executar), com o valor de € 112.897,43, da empreitada "Arranjos Exteriores das Piscinas e do Pavilhão Municipal de Oliveira de Azeméis" - Processo n.º 021/2008/DEM/GTC.” O Vereador Helder Simões fez a seguinte intervenção: Até 2010, só vieram a reunião de Câmara 13 autos, não veio nenhuma decisão de suspensão da obra, ou o que quer que seja, cinco anos depois aprovamos um auto de coisas que não estão feitas e um ano depois aprovamos um auto de coisas que decidimos não fazer. O Chefe de Divisão Municipal das Empreitadas, Eng.º Américo Martingo, esclareceu: Este auto é para fechar a obra, resultou de quantidades das medições não executadas das que estavam previstas, nomeadamente aquele muro de suporte ao recinto escolar que acabou por não se fazer, o ajardinamento daquele espaço confinante com o campo de ténis, que também não se ajardinou e isso resultou na altura de condicionantes. Há um auto de suspensão a 20 de abril de 2010, assinado, que suspendia só a parte da obra entre as infraestruturas da obra com a piscina e o pavilhão, no que diz respeito às infraestruturas de abastecimento de água e arranjos exteriores, por um período estimado de 30 dias. Depois decidiram continuar a obra naquele espaço, mas resultou um auto de trabalhos a menos. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Temos de aprovar estas matérias com consciência e com sentido de responsabilidade, caso contrário podemos ser chamados a responder por isso. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada.

===== **EMPREITADA DE “ARRANJOS EXTERIORES DAS PISCINAS E DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” – RECEÇÃO PROVISÓRIA**

**(I/50654/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/36959/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do Auto de Receção Provisória da empreitada "Arranjos Exteriores das Piscinas e do Pavilhão Municipal de Oliveira de Azeméis" - Processo n.º 021/2008/DEM/GTC, e da consequente receção provisória da parte da obra vistoriada.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. ==

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/4789/2016 (I/57088/2016) – TOURIGO – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA. – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE**, com sede na Rua do Ribeirinho, n.º 128, Apartado 20, freguesia de S. Paulo de Oleiros, concelho de Santa Maria da Feira, representada pelo Senhor João Carlos Tourigo Valente, na qualidade de sócio-gerente, com poderes para o acto, vem na qualidade de proprietária, requerer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios: **1-** Prédio rústico composto de pinhal, sito no lugar da Quinta do Monte, freguesia de S. Martinho da Gândara, deste concelho, com a área total de 0,499000 ha, a confrontar de norte com Herdeiros de João Lopes de Pinho, de sul com António Almeida Brandão Vasconcelos, de nascente com Limite de Freguesia e de poente com Rosalina Borges da Silva e Outros, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 23 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis com o número 1337; **2-** Prédio rústico composto de cultura e pomar com cinco citrinos e três fruteiras, sito no lugar de Vide, da freguesia de S. Martinho da Gândara, deste concelho, com a área total de 0,090000 ha, a confrontar de norte com Habitação do Próprio, de sul com Caminho, de nascente com Cantina Escolar de S. Martinho da Gândara e de poente com João Tavares da Silva, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2308 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis com o número 1339; **3-** Prédio rústico composto de cultura com vinte videiras em corrimão, sito no lugar de Vide, freguesia de S. Martinho da Gândara, deste concelho, com a área total de 0,135000 ha, a confrontar de norte com Herdeiros de António Dias Valente e Outro, de sul com Caminho, de nascente com Herdeiros de António Dias Valente e de poente com Manuel Cunha Gonçalves Borges, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2307 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis com o número 1338. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/2146/2016 (I/57167/2016) – MARIA SÃO JOSÉ DE LEMOS BRAVO LIMA DELGADO, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANÍBAL NUNES DELGADO – PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE**, residente na Rua Almeida Garrett, n.º 31, União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, deste concelho, requer retificação da certidão emitida por este Município, no dia 18 de maio de 2016, ao abrigo do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, com os seguintes fundamentos: Por lapso da requerente, na certidão, cuja retificação se requer, os prédios identificados com as verbas 13, 18, 19, 22, 23, 62, 64, 65, 66, 67 e 68 aparecem descritos sob o n.º 177 da Conservatória do Registo Predial, quando tais prédios estão todos omissos na referida Conservatória, em nada se alterando os mesmos, designadamente em termos de localização, configuração, titularidade ou identificação do artigo matricial. Assim e no enquadramento exposto, onde se lê que “os prédios estão descritos na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 177 da União de Freguesias de Nogueira

do Cravo e Pindelo”, deve passar a ler-se que “os prédios em apreço eram omissos na Conservatória conforme se podia comprovar através da certidão negativa emitida pela Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis com o n.º de requisição 177/2016.” Mais requer que sejam também retificados os n.ºs de descrição dos prédios identificados com as verbas n.ºs 14, 16, 17, 43 e 44. Tais prédios à data do requerimento da certidão, cuja retificação ora se requer, estavam registados na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis respetivamente com os n.ºs de descrição 558, 558, 1948, 562, 696, todas da freguesia de Pindelo. No entanto, tais descrições ainda correspondiam à descrição dos prédios iniciais mencionadas em virtude dessas descrições terem sido expropriadas a favor da AEDL Auto-Estradas do Douro Litoral, SA. Na data em que foi solicitada a certidão cuja retificação se está a requerer apenas se havia procedido à correspondente retificação junto do Serviço de Finanças mas não ainda junto da Conservatória do Registo Predial. Ora, aquando da retificação recente dessas descrições, em reação aos prédios em causa, a Conservatória atribuiu-lhes um novo n.º de descrição, ficando, por força disso, desatualizada a referência à anterior descrição. De facto onde constam as descrições 558, 558, 1948, 562, 696, deveriam constar as descrições 2180, 2180, 2095 e 2094, todas da freguesia de Pindelo. Como resulta, o que motiva a desatualização da informação foi uma mera atualização do número da descrição que em nada altera os prédios correspondentes, designadamente em termos de localização, configuração, titularidade ou identificação do artigo matricial. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido, retificando-se a certidão emitida por este Município, no dia 18 de maio de 2016, nos termos que se seguem: 1.º Nos prédios identificados com as verbas n.ºs 14, 16, 17, 43 e 44, a referência correta à descrição da Conservatória do Registo Predial é a seguinte: Verba 14 – O prédio está descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2180 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Verba 15 – O prédio está descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2180 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Verba 17 – O prédio está descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1948 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Verba 43 – O prédio está descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2095 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Verba 44 – O prédio está descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2094 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; 2.º Na aludida certidão onde se lê que “os prédios estão descritos na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 177 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo”, deve passar a ler-se que “os prédios em apreço eram omissos na Conservatória conforme se podia comprovar através da certidão negativa emitida pela Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis com o n.º de requisição 177/2016.” =====

===== **ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS (I/58915/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a

seguinte proposta: “À reunião de Câmara para aprovação da isenção de taxas relativo ao pedido de mapa do Concelho á escala 1/10.000.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/3604/2016 - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS (I/57161/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas, no valor de 128,35€.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/9141/2009 – EVANGELINA SOARES DA SILVA UNIPessoal, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM QUIOSQUE (I/58627/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre os pedidos de isenção de taxas não previstos em regulamento municipal, - a necessidade de promover, consolidar e estimular as atividades comerciais no concelho, nomeadamente o comércio local, - a política e o incentivo à regeneração urbana, que inclui também o mobiliário urbano, mesmo que privado, tendo este (quiosque) sido completamente substituído por um novo, o que acarretou um elevado investimento para a requerente, - que na atual conjuntura económica do país e das empresas, o pagamento de taxas desincentiva o investimento dos agentes económicos, - que se percebe que toda a envolvente do local desta ocupação do espaço público beneficiou com esta nova estrutura, embelezando-a, proponho: - ao abrigo da Lei nº 73/2015 de 12 de setembro, que seja deliberado pelo executivo municipal a intenção de isentar a requerente do pagamento da taxa pela ocupação do espaço público com o quiosque, para o ano 2016, num valor aproximado de 800€, como forma de compensação pelos constrangimentos provocados pelas obras que decorreram e ainda decorrem no local.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, no ano passado nós aprovamos uma isenção, cujo argumento era o seguinte: O equipamento precisava de ser renovado, tinha havido uma intempérie que tinha posto em causa a estrutura e, portanto, pediram-nos uma ajuda para renovarem a estrutura e nós demos essa ajuda, não o fizemos com mais ninguém, provavelmente alguns telhados também caíram e nós não ajudamos, mas fomos sensíveis a este caso. Entretanto fomos questionando, demos a ajuda e as alterações não se verificaram. Os senhores disseram que uma vez que ia havia uma intervenção, depois ponham um equipamento novo. Aqui a justificação são as obras, as obras foram feitas de uma forma muito rápida e o proprietário vem pedir uma ajuda por causa da demora e do impacto das obras. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====

===== PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – ADJUDICAÇÃO (I/58824/2016): Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada seguinte proposta: “Com base no Projeto da Decisão de Adjudicação dos Serviços de 12 de setembro de 2016 e de acordo com o Convite à Apresentação de Proposta, o Caderno de Encargos e a proposta do concorrente relativo ao Ajuste Direto em Regime Geral para “Prestação de Serviços de Auditoria Externa para Certificação de Contas Municipais” - Processo n.º 92/2016, proponho: a. Que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, submeta à Assembleia Municipal para efeitos de adjudicação do procedimento mencionado em epígrafe ao concorrente Júlio Alves, Mário Baptista & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo valor global de EUR 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. b. Que se proceda ao compromisso da despesa; c. Que se proceda à dispensa da audiência prévia do concorrente em conformidade com o n.º 2, do artigo 125º, do CCP, por a decisão ser favorável ao único concorrente a concurso. d. A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77º, do CCP, do documento de habilitação (declaração modelo Anexo II) e de cópia do pacto social na sua última versão, previsto na alínea a), do n.º 1, e do n.º 4 e 5, do artigo 81º, do já citado diploma legal, devendo os mesmos ser apresentados, para o e-mail contratacao@cm-oaz.pt, num prazo de 5 (cinco) dias. A dispensa da solicitação do comprovativo de situação regularizada relativamente a dívidas por imposto ao Estado Português e dívidas por contribuições para a Segurança Social, do documento para comprovação de que os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade, que se encontrem em efetividade de funções, não foram condenados por sentença transitada em julgado por alguns dos crimes mencionados nas alíneas b) e i), ii), iii) e iv), do artigo 55º, do CCP (certificado do registo criminal de cada um dos elementos dos corpos sociais da entidade, dado que os mesmos foram apresentados juntamente com a proposta. e. A celebração de contrato escrito por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do CCP, o preço contratual exceder o montante de EUR 10.000,00 (dez mil euros) e ainda por não estarem reunidas outras condições que permitam a sua dispensa, de acordo com a minuta do contrato, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, conforme previsto no n.º 2, do artigo 98º, do já citado diploma legal, devendo a mesma ser enviada ao adjudicatário para pronúncia. f. A imediata publicitação, nos termos do artigo 127.º, do C.C.P., da celebração do contrato no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos. g. Que se notifique o concorrente. Junta-se para conhecimento e anuência, o Convite e Caderno de Encargos do procedimento e o Projeto da Decisão de Adjudicação, em anexo, encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

